

ANEXO I

CRITÉRIOS PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, CONFORME O ITEM 2.2. DO EDITAL

1. DOS RECURSOS FINANCEIROS REFERENTE AO OBJETO:

1.1. Os recursos financeiros disponibilizados serão destinados a, pelo menos, 08 (oito) projetos, orçados cada um em valores entre **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), perfazendo um total de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para realização de projetos de Educação Patrimonial.**

2. DA CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. As ações de Educação Patrimonial requerem uma aproximação densa e integrada das realidades sociopolíticas do fenômeno da cultura. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.

2.2. Nesse sentido, os Projetos aprovados devem buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, estabelecer as relações do patrimônio cultural entre a vida social e simbólica das pessoas. Ou seja, tratar do feixe de significados que a presença de valores culturais significativos provocam e desafiam na nossa sociedade.

2.3. Os processos educativos são, portanto, veículos de participação da coletividade nos sentidos e processos de gestão do patrimônio cultural e constituem-se áreas de convergência de esforços da sociedade civil e dos governos para construção de uma sociedade democrática. São ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos da experiência cultural se faça a partir dos valores próprios da comunidade.

2.4. Nesse sentido, as manifestações culturais compreendem todo o universo de atividades da vida social e econômica da comunidade, não apenas no que se refere às tradições, como também às formas de incorporação, interpretação e recriação de padrões de comportamento e de ação social.

2.5. É preciso considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo –, é necessário reforçar a importância do envolvimento de ensino, pesquisa e experiência, como ferramentas para construção de conhecimento e para a tradução da experiência cultural em patrimônio cultural.

2.6. Não se trata, portanto, de limitar as vivências simbólicas e educativas a um único contexto cultural específico, nem restringir as ações educativas aos bens culturais reconhecidos como patrimônio cultural pelo Estado brasileiro. Trata-se, ao contrário, de partir das referências culturais locais para,

por meio delas, acessar processos sociais e culturais mais amplos e abrangentes, em um registro no qual cada sujeito, a partir de seu repertório de referências, possa compreender e refletir, tanto sobre contextos inclusivos quanto sobre a diversidade cultural que o cerca.

2.7. Assim, para os projetos de educação patrimonial apresentados ao presente edital, cabe informar que não há um programa único de atividades e de estrutura padronizados. Cada caso exigirá um arranjo próprio em função das características dos grupos e de seus equipamentos culturais, dos territórios, da sua sociobiodiversidade, da experiência e capacitação dos profissionais e agentes envolvidos, do nível de interação com o poder público e demais agentes sociais. A adequação da proposta às singularidades de cada cidade ou região é vital para o seu êxito. É importante que o projeto seja capaz de realizar parcerias entre grupos, organizações e projetos locais de ações educativas, trazendo inovação nesses arranjos e sua integração com o meio social e ambiental para a promoção e difusão do patrimônio cultural brasileiro.

3. DO ESCOPO DA PROPOSTA

3.1 Os Projetos almejados no presente chamamento são aqueles que constituem processos educativos concebidos de modo plural, e que estejam relacionados com as noções ampliadas de Patrimônio Cultural (Art. 216 CF). Assim, espera-se que os Projetos sejam compreendidos como proposta organizadora de um conjunto de ações promotoras de relações de desenvolvimento social, cultural e ambiental, trazendo os grupos sociais e comunidades enquanto protagonistas da valorização de seus bens culturais.

3.2 Ou seja, o foco do presente edital é selecionar ações destinadas a proporcionar às comunidades os meios para participar, em todos os níveis, do processo de produção e reprodução de seu patrimônio cultural, por meio de metodologias e ações educativas, a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem relacionadas ao patrimônio cultural, com base nos repertórios regionais e locais, a fim de colaborar para a transformação social associada à valorização e preservação de bens culturais.

3.3. Com efeito, as propostas devem buscar ampliar os espaços de diálogo da sociedade a partir da Educação Patrimonial, multiplicando o desenvolvimento de experiências de gestão compartilhada e de construção democrática das políticas públicas de Patrimônio Cultural. Importa, dessa forma, o desenvolvimento da reflexão crítica e da posição ativa dos sujeitos sociais frente aos valores culturais e na afirmação da sua capacidade de proteção e transformação do Patrimônio Cultural.

3.4. Assim, Educação Patrimonial trata dos sentidos e valores, de importância diferenciada, atribuídos aos diversos domínios, conhecimentos e práticas da vida social que, por isso mesmo, se constituem em marcos de identidades e memórias para determinado grupo social.

3.5. Todos os Projetos devem estar alinhados em parte ou inteiramente com as **Diretrizes da Educação Patrimonial - Ver ANEXO II**

3.6. Proponentes podem ver no **ANEXO III** alguns exemplos de temas e instrumentos sugeridos para Projetos de Educação Patrimonial.

4. DAS ANUÊNCIAS

4.1 É obrigatória e condição para habilitação, a apresentação de Declaração de Anuência, fornecida pelas comunidades diretamente envolvidas, quanto à realização do projeto. O proponente deverá enviar declaração de anuência conforme modelo contido no **ANEXO VII** deste Chamamento Público, ou outro tipo de documentação audiovisual que demonstre claramente que parcela significativa da comunidade que será envolvida nas atividades do projeto concorda com a realização do mesmo pelo proponente em questão.

4.2. A anuência deverá ser obtida junto a instituições e/ou lideranças que representam as comunidades, seja por sua função social no grupo e/ou por sua legitimidade para os beneficiários do projeto, respeitando nesse processo, as diversas formas de sua organização social.

4.3. A Declaração de Anuência, quando apresentada por escrito, deverá ser assinada e o documento deverá ser digitalizado, salvo no formato PDF, e incluído como Anexo no Transfere.gov.

4.4 A Declaração de Anuência, quando apresentada em formato audiovisual, deverá ser apresentada no formulário do **ANEXO VII** e o documento deverá ser digitalizado, salvo no formato PDF, e incluído como Anexo no Transfere.gov.

4.4.1 Para a apresentação da declaração no formato audiovisual, é necessário constar narrativa sobre a proposta do projeto e sobre a instituição proponente de modo a demonstrar que o anuente está devidamente informado sobre quem executará o projeto e quais as atividades previstas. O vídeo deverá ser disponibilizado online, de modo que possam ser acessados de forma gratuita pelos avaliadores. O link para visualização deve ser indicado no formulário apresentado no **ANEXO VII**. O Departamento de Cooperação e Fomento - DECOF não se responsabiliza por eventuais problemas técnicos que impossibilitem a sua correta visualização.